



TC 023.023/2023-6

Tipo: Tomada de Contas Especial

Unidade jurisdicionada: Município de Bananeiras/PB

Responsável: Augusto Bezerra Cavalcanti Neto (CPF: 139.379.364-91).

Advogado ou Procurador: não há.

Interessado em sustentação oral: não há.

Proposta: arquivamento.

INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, em desfavor de Augusto Bezerra Cavalcanti Neto, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio de registro Siafi 414705 (peça 6), firmado entre o órgão federal e o município de Bananeiras/PB, e que tinha por objeto a “recuperação, limpeza e cobertura do canal de Bananeiras”.

HISTÓRICO

2. Em 26/3/2023, com fundamento na IN/TCU 71/2012, alterada pela IN/TCU 76/2016 e DN/TCU 155/2016, o dirigente do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional autorizou a instauração da tomada de contas especial (peça 51). O processo foi registrado no sistema e-TCE com o número 2297/2022.

3. O Convênio de registro Siafi 414705 foi firmado no valor de R\$ 385.000,00, sendo R\$ 350.000,00 à conta do concedente e R\$ 35.000,00 referentes à contrapartida do conveniente. Teve vigência de **29/12/2000 a 16/12/2001**, com prazo para apresentação da prestação de contas em 14/2/2002. Os repasses efetivos da União totalizaram R\$ 350.000,00 (peça 7).

4. A prestação de contas e complementações enviadas foram analisadas por meio dos documentos constantes nas peças 25, 26 e 39.

5. O fundamento para a instauração da Tomada de Contas Especial, conforme consignado na matriz de responsabilização elaborada pelo tomador de contas, foi a constatação da seguinte irregularidade:

Inexecução parcial com aproveitamento da parte executada.

6. O responsável arrolado na fase interna foi devidamente comunicado e, diante da ausência de justificativas suficientes para elidir a irregularidade e da não devolução dos recursos, instaurou-se a tomada de contas especial.

7. No relatório (peça 53), o tomador de contas concluiu que o prejuízo importaria no valor original de R\$ 43.670,35, imputando-se a responsabilidade a Augusto Bezerra Cavalcanti Neto, Ex-Prefeito, no período de 1/1/2001 a 31/12/2004, na condição de gestor dos recursos.

8. Em 12/7/2023, a Controladoria-Geral da União emitiu o relatório de auditoria (peça 56), em concordância com o relatório do tomador de contas. O certificado de auditoria e o parecer do dirigente do órgão de controle interno concluíram pela irregularidade das presentes contas (peças 57 e 58).

9. Em 4/8/2023, o ministro responsável pela área atestou haver tomado conhecimento das conclusões contidas no relatório e certificado de auditoria, bem como do parecer conclusivo do dirigente



do órgão de controle interno, manifestando-se pela irregularidade das contas, e determinou o encaminhamento do processo ao Tribunal de Contas da União (peça 59).

ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS DE PROCEDIBILIDADE DA IN/TCU 71/2012

Avaliação de Viabilidade do Exercício do Contraditório e Ampla Defesa

10. Verifica-se que **não** houve o transcurso de mais de dez anos desde o fato gerador sem que tenha havido a notificação do responsável pela autoridade administrativa federal competente (art. 6º, inciso II, c/c art. 19 da IN/TCU 71/2012, modificada pela IN/TCU 76/2016), uma vez que o fato gerador da irregularidade sancionada ocorreu em 6/6/2001, e o responsável foi notificado sobre a irregularidade pela autoridade administrativa competente conforme abaixo:

10.1. Augusto Bezerra Cavalcanti Neto, por meio do ofício 767/2004, acostado à peça 22, recebido em data desconhecida, mas com entrega devidamente comprovada, tendo em vista a apresentação de defesa na peça 23.

10.2. Augusto Bezerra Cavalcanti Neto, por meio do ofício 895/2021, acostado à peça 31, recebido em 18/12/2021 (AR na peça 32)

Valor de Constituição da TCE

11. Verifica-se, ainda, que o valor atualizado do débito apurado (sem juros) em 1/1/2017 é de R\$ 120.956,23, portanto superior ao limite mínimo de R\$ 100.000,00, na forma estabelecida conforme os arts. 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU 71/2012, modificada pela IN/TCU 76/2016.

Avaliação da Ocorrência da Prescrição

12. Em relação à prescrição, o Supremo Tribunal Federal (STF), no Recurso Extraordinário 636.886, em 20/04/2020, fixou tese com repercussão geral de que “é prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas” (Tema 899).

13. Posteriormente, o próprio TCU regulamentou o assunto por meio da Resolução-TCU 344 de 11/10/2022, à luz do disposto na Lei 9.873/1999, estabelecendo no art. 2º que prescrevem em cinco anos as pretensões punitiva e de ressarcimento nos processos de controle externo.

14. O termo inicial da contagem do prazo prescricional está previsto no art. 4º da Resolução-TCU 344/2022. Da mesma forma, as situações de interrupção da prescrição foram elencadas no art. 5º. A prescrição intercorrente está regulada no art. 8º.

15. No mais, conforme decidido em precedentes do STF (MS 35.430-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Alexandre de Moraes; MS 35.208-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli; MS 36.905-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso) os atos interruptivos prescindem de notificação, cientificação ou citação dos investigados, ocorrendo tão somente com o desaparecimento da inércia do Poder Público em investigar determinado fato.

16. No âmbito dessa Corte, o Acórdão 2219/2023-TCU-Segunda Câmara (Relator Min. Jhonatan de Jesus) destacou que o ato inequívoco de apuração dos fatos constitui causa objetiva de interrupção do prazo prescricional, que atinge todos os possíveis responsáveis indistintamente, pois possui natureza geral, de sorte a possibilitar a identificação dos responsáveis. Contudo, a oitiva, a notificação, a citação ou a audiência (art. 5º, inciso I, do mencionado normativo) constituem causas de interrupção de natureza pessoal, com efeitos somente em relação ao responsável destinatário da comunicação do TCU.

17. Em tempo, por meio do Acórdão 534/2023-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), firmou-se entendimento de que o marco inicial da fluidez da prescrição intercorrente se inicia somente a partir da ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária, consoante elencado no art. 5º da nominada Resolução.



18. No caso concreto, considera-se, nos termos art. 4º, inciso II, da Resolução-TCU 344/2022, que o termo inicial da contagem do prazo da prescrição ordinária (ou quinquenal) ocorreu em **26/7/2002**, data da apresentação da prestação de contas (peça 11).

19. A tabela a seguir apresenta os seguintes eventos processuais interruptivos/suspensivos da prescrição desta TCE (lista não exaustiva):

Evento	Data	Documento	Resolução 344	Efeito
	26/7/2002	Prestação de Contas (peça 11)	Art. 4º, inc. II	Marco inicial da contagem do prazo prescricional
1	9/9/2002	Relatório de Visita Técnica (peça 20)	Art. 5º, inc. II	1ª Interrupção da prescrição original e intercorrente
2	20/4/2004	Notificação de responsável (peça 22)	Art. 5º, inc. II	2ª Interrupção da prescrição original e intercorrente
3	9/5/2004	Defesa de responsável (peça 23)	Art. 5º, inc. II	3ª Interrupção da prescrição original e intercorrente
4	11/12/2013	Relatório de Visita Técnica (peça 24)	Art. 5º, inc. II	4ª Interrupção da prescrição original e intercorrente
5	29/8/2014	Análise Técnica 2014_252 (peça 25)	Art. 5º, inc. II	5ª Interrupção da prescrição original e intercorrente
6	5/8/2019	Parecer 40/2019 (peça 26)	Art. 5º, inc. II	6ª Interrupção da prescrição original e intercorrente
7	18/11/2021	Notificação de responsável (peça 31)	Art. 5º, inc. II	7ª Interrupção da prescrição original e intercorrente
8	25/2/2022	Parecer 218/2021 (peça 39)	Art. 5º, inc. II	8ª Interrupção da prescrição original e intercorrente
9	17/3/2023	Parecer Financeiro 219/2023 (peça 50)	Art. 5º, inc. II	9ª Interrupção da prescrição original e intercorrente
10	26/3/2023	Instauração da TCE (peça 51)	Art. 5º, inc. II	10ª Interrupção da prescrição original e intercorrente
11	29/3/2023	Relatório de TCE (peça 53)	Art. 5º, inc. II	11ª Interrupção da prescrição original e intercorrente
12	3/7/2023	Relatório de Auditoria (peça 56)	Art. 5º, inc. II	12ª Interrupção da prescrição original e intercorrente
13	25/7/2023	Pronunciamento Ministerial (peça 59)	Art. 5º, inc. II	13ª Interrupção da prescrição original e intercorrente

20. Analisando-se o termo inicial da contagem do prazo prescricional, bem como a sequência de eventos processuais enumerados na tabela anterior, os quais teriam o condão de interromper a prescrição da ação punitiva desta Corte, observa-se que transcorreu o prazo prescricional de 5 (cinco) anos entre os eventos processuais consecutivos '3' e '4' listados.

21. Ademais, foi possível observar o decurso do prazo prescricional de 3 (três) anos entre os eventos '3' e '4', e '5' e '6', evidenciando também a ocorrência da prescrição intercorrente.

22. Portanto, levando-se em consideração o entendimento do STF normatizado pela Resolução-TCU 344/2022, **ocorreu a prescrição da pretensão sancionatória e ressarcitória a cargo do TCU.**

23. Em função de tal ocorrência, amparado pela Resolução-TCU 344/2022, deixa-se de prosseguir na apuração da responsabilidade inicialmente verificada, considerando a impossibilidade de exigir o débito apontado nos autos, bem como de aplicar sanção a qualquer responsável envolvido.

CONCLUSÃO

24. Em face da análise promovida na seção "Análise dos pressupostos de procedibilidade da IN/TCU 71/2012", verificou-se a ocorrência da prescrição da pretensão sancionatória e ressarcitória a cargo do TCU. Portanto, deve-se reconhecê-la de ofício, por se tratar de matéria de ordem pública, com consequente arquivamento dos autos, nos termos do art. 11 da Resolução-TCU 344/2022.



PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

25. Diante do exposto, submete-se o feito à consideração superior, com a seguinte proposta:

a) reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória e, em razão disso, arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 1º, 8º e 11 da Resolução TCU 344, de 11/10/2022, do art. 1º da Lei 9.873/1999 e dos arts. 169, inciso III, e 212 do RI/TCU; e

b) informar ao responsável que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

AudTCE, DT5, em 8 de outubro de 2023.

(Assinado eletronicamente)
SÉRGIO BRANDÃO SANCHEZ
AUFC – Matrícula TCU 4580-2